

Concessionária do
Aeroporto Internacional de
Confins S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações do resultado	16
Demonstrações do resultado abrangente	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	19
Demonstrações do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins (“Companhia” ou “BH Airport” ou “Concessionária”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

Com o propósito de oferecer aos usuários a melhor experiência em aeroportos e conectar pessoas pelas mais diversas atividades relacionadas a operação do aeroporto, a Companhia vem desenvolvendo importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, na segurança aeroportuária e em contribuir com o desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.3. Destaques do Ano de 2020

Ações de combate à Covid-19: no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte são colocadas em prática todas as orientações das autoridades de saúde e da Agência de Aviação Civil (Anac) para que as pessoas se sintam seguras para circular pelo aeroporto, bem como para voar. Foram instalados dispensers de álcool em gel em todo o aeroporto, barreiras de proteção nos locais de atendimento aos usuários e adesivos informativos para piso, assentos, banheiros e elevadores. Com apoio do exército, uma equipe foi capacitada para atuar na descontaminação e higienização de áreas de grande circulação. Entre as demais medidas já adotadas para o combate à disseminação da Covid-19, também foi reforçada a limpeza e desinfecção das áreas comuns de todo o aeroporto, especialmente dos banheiros. Para completar, aeroporto também lançou uma campanha de comunicação no intuito de conscientizar passageiros, visitantes e a comunidade aeroportuária sobre a necessidade de higienização das mãos, de manter o distanciamento, isolamento de assentos, uso de máscara e demais atitudes que podem garantir a saúde e segurança de todos.

Entre os melhores do Brasil: o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte seguiu o ano entre os melhores do País e conquistou a terceira colocação, na categoria de 5 a 15 milhões de passageiros/ano, na Pesquisa Trimestral de Satisfação de Passageiros, realizada pelo Ministério da Infraestrutura. O aeroporto é avaliado em 37 indicadores e registra bons resultados e em diversos aspectos, como qualidade da informação nos painéis das esteiras de restituição de bagagem, em limpeza geral do aeroporto, bem como em cordialidade e prestatividade dos funcionários da inspeção de segurança.

Certificação Anvisa: o Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foi reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por atender as Boas Práticas de Armazenagem, conforme diretrizes da Resolução 346/02. A certificação, que foi publicada no dia 14 de abril no Diário Oficial, comprova que o Terminal de Cargas cumpre

todos os requisitos para receber cargas sujeitas ao controle da instituição, sobretudo no atual momento de pandemia do coronavírus.

Primeiro Aeroporto Industrial do país: o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte inaugurou, em maio, o primeiro Aeroporto Industrial do Brasil. O empreendimento é inédito na América Latina e prevê benefícios fiscais a empresas exportadoras que estiverem instaladas dentro do sítio aeroportuário. O projeto tem grande potencial para elevar a competitividade das empresas brasileiras no contexto internacional, além de atrair novos investimentos externos para o Brasil. Logo após sua inauguração, a BH Airport conseguiu uma parceria estratégica com Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que passou a disponibilizar linhas de crédito às empresas interessadas em se instalar no Aeroporto Industrial.

Sistema de antenas amplia qualidade do sinal de celular: o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte conta com um sistema de antenas distribuídas (DAS - Distributed Antenna Systems) que aumenta a cobertura e melhora a qualidade do sinal de celular em todo o terminal. O investimento na infraestrutura visa melhorar ainda mais a experiência de todos que passam pelo terminal. O Grupo ARION foi responsável pelo mapeamento de todo o aeroporto para receber o sistema unificado de antenas que atende todas as operadoras da região, inclusive para tecnologias 4G e 5G. No total foram instaladas 266 antenas que serão essenciais para desafogar o tráfego de celulares, cobrir áreas não alcançadas e aumentar a qualidade do serviço.

Qualidade do sinal de celular e Wi-Fi no aeroporto: a cobertura do sinal de Wi-Fi do aeroporto foi ampliada e, a partir de agora, é possível acessar a internet, inclusive, nos estacionamentos e pátios de aeronaves. O Wi-Fi do aeroporto é gratuito, com conexão ilimitada e já estava acessível em todo o terminal de passageiros. Com as melhorias constantes realizadas pela equipe de Tecnologia da Informação da BH Airport, os usuários podem acessar a internet diretamente do estacionamento e se manterem conectados até a hora da decolagem.

Nova plataforma de venda de passagens aéreas: o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte acaba de lançar uma plataforma de venda de passagens aéreas (<https://bh-airport.kiwi.com/br/>) no site da concessionária BH Airport. O diferencial desse novo serviço está em proporcionar aos passageiros a possibilidade de adquirir bilhetes com conexão entre empresas aéreas distintas e garantir a viagem em caso de atrasos, cancelamentos e alterações de horários de voos.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração hoje é composto por 6 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo 4 (quatro) dos membros indicados pelo acionista privado e 2 (dois) membros indicados pela INFRAERO, todos com prazo de gestão por 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Concessionária, a Diretoria Executiva é composta pelas Diretorias Financeira-Administrativa, Comercial, Infraestrutura, Operações e Presidência, cujos representantes são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de

dois anos, permitidas reeleições. Atualmente, a Diretoria de Infraestrutura está sendo acumulada pela Diretoria Administrativo Financeira, assim como a Diretoria Comercial pelo Diretor Presidente da Concessionária.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 (dois) indicados pelo acionista privado e 1 (um) indicado pela INFRAERO.

2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e Compliance

A Companhia é uma empresa que possui seus valores muito bem definidos. Dentro desse contexto, temos trabalhado ativamente para que a ética e a integridade sejam a base de todos os nossos relacionamentos, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos. Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso, em setembro de 2017, implementamos o Programa de Integridade e Compliance da Concessionária, com a apresentação do novo Código de Conduta e Ética Empresarial, a Política do Programa de Integridade. No final de 2018, foi implementada a Política de Avaliação de Compliance de Fornecedores e Parceiros Comerciais. Todos os instrumentos foram desenvolvidos para consolidar as diretrizes e expectativas de atuação dos executivos, colaboradores e parceiros comerciais e fornecedores da Companhia.

Como parte deste programa, foi criado o Comitê de Conduta e Ética Empresarial da Companhia, um órgão corporativo que assessora o responsável pelo programa de integridade na gestão e acompanhamento do programa. A finalidade deste Comitê é de assegurar que o Programa de Integridade seja executado alinhado as orientações dos nossos acionistas.

2.3. Governança e Gestão de Riscos Corporativos

A gestão de riscos corporativos da Companhia tem como propósito contribuir para fortalecer os processos de governança corporativa e de gestão, garantir a segurança empresarial, promover maior transparência no relacionamento com todas as partes interessadas e aprimorar o ambiente de controles internos da Companhia. Além disso, propõe-se a adicionar e preservar valor, mitigando perdas através da identificação de oportunidades e ameaças, atender às normas, requisitos legais e regulatórios pertinentes, melhorar a eficácia e a eficiência operacional e melhorar a prevenção de perdas e a gestão de crises ou incidentes.

A gestão de riscos corporativos teve início na Companhia em 2016 e teve seu modelo pautado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, e deu origem à norma de política, formalizando as diretrizes da gestão de riscos corporativos. O acompanhamento de todas as atividades relacionadas a gestão dos riscos corporativos da Companhia ocorre com frequência mensal no Comitê de Governança, Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Organizacional

2.4. Gestão de Pessoas

Alinhado a proposição de valor de conectar pessoas e promover um ambiente de constante aprendizado e oportunidades a Companhia tem reiterado seu compromisso com inúmeros projetos inovadores e com a promoção de um excelente ambiente de trabalho, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas tenham espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que incentive a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, que resulte no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de aprendizado e de entrega de resultados, que assegure a garantia da prestação de serviços públicos com excelência operacional e proporcione ao cliente uma experiência única. O ano de 2020 encerrou-se com destaques:

- um quadro de 346 colaboradores, frente aos 363 em 2019, registrando um turnover de 8,09% em 2020;
- do número atual de colaboradores, 34,68% residem em Belo Horizonte, 23,9% em Lagoa Santa, 17,63% em Pedro Leopoldo, 6,64% em Confins, 5,49% em Vespasiano e 11,66% em outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e
- o investimento de aproximadamente R\$ 225 mil em treinamentos resultaram em 16.456 horas de qualificação e uma média de 6,9 horas de treinamento por colaborador.

O investimento em capacitação e desenvolvimento, realizado desde 2014, tem por finalidade consolidar a cultura organizacional, seu modelo de gestão e governança, entrega de performance empresarial, no fortalecimento do propósito de conectar pessoas com foco em performance e aprendizado organizacional.

Em 2020, tivemos um ano desafiador devido à pandemia da Covid-19 e redesenhamos os processos de treinamento e desenvolvimento, garantindo a regularidade e conformidade referente às capacitações e atendimentos aos requisitos legais.

São latentes a transformação e a maturidade alcançadas pela companhia nesses últimos seis anos. Os resultados já são colhidos nos prêmios recebidos e no avanço constante dos indicadores das pesquisas SAC e Anac. A companhia hoje tem pessoas capacitadas e preparadas para sustentar mudanças e para encarar os novos desafios, sempre alinhados ao desenvolvimento do aeroporto e do seu entorno.

2.5. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista não controlador, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresso da mesma, conforme Protocolo de Práticas de Governança Corporativa: Transações com Partes Relacionadas.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supracitado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

A aviação comercial brasileira viveu um dos maiores desafios da história no ano de 2020. A pandemia do novo coronavírus desembarcou no Brasil em meado de março e jogou para baixo o crescimento do mercado doméstico que vinha despontando nos primeiros meses do ano. Os volumes de passageiros e cargas internacionais foram os primeiros a sentir os reflexos de redução já em meados de fevereiro. A pandemia obrigou as companhias aéreas brasileiras a tomarem atitudes drásticas, como nunca antes visto. As empresas aéreas, em alinhamento com o governo, mantiveram no início da pandemia apenas voos essenciais para não parar completamente o país. Em abril, o mês mais crítico, cerca de 95% da malha aérea doméstica ficou no chão e todos os voos internacionais foram cancelados. Um enorme prejuízo para toda a indústria. Para mitigar os impactos financeiros e o risco de liquidez, as empresas aéreas precisaram fazer cortes drásticos nos custos.

Muitos estudos foram feitos, afim de entender o que se passava e o que precisava ser feito para evitar o contágio pelo coronavírus. Inúmeros protocolos de segurança foram definidos e, com a confiança restabelecida, os passageiros domésticos voltaram a voar. A retomada foi em ritmo muito lento e gradual durante todo o ano, o tráfego doméstico de passageiros foi crescendo entre 5% e 10% entre os meses iniciais, tendo uma aceleração maior nos meses finais de 2020. A redução total do ano foi em torno de 50% em relação a 2019.

O maior impacto foi sentido no tráfego internacional de passageiros, em função de as fronteiras entre os países permanecerem fechadas durante a maior parte do ano, afim de conter a disseminação do vírus. A redução foi em torno de 70% em relação a 2019. O tráfego corporativo, que é o mais rentável para as companhias aéreas, também reduziu drasticamente e a retomada desse público está sendo de maneira bem mais lenta, o que causou grande impacto para receita do mercado.

A crise do coronavírus foi extremamente danosa e causará impacto na aviação por longos anos. Porém, junto com toda crise também há novas oportunidades. Novas empresas aéreas, inclusive, estão apontando para o céu do país e isso gera esperança e muita expectativa para 2021. Uma nova reconfiguração de mercado foi trazida com a crise, em que as empresas aéreas brasileiras reduziram a malha aérea. A Latam entrou em recuperação judicial e se juntou em parceria de compartilhamento de voos com a Azul, o que trouxe também a oportunidade para empresas como Itapemirim, Nella Airlines e JetSmart ousarem entrar no mercado doméstico. No mercado internacional foi contemplado o anúncio da chegada da Eastern Airlines, que fará em 2021 voos inéditos e exclusivos entre Belo Horizonte e as cidades americanas de Boston, Miami e Nova York e também os voos internacionais da JetSmart para conectar Santiago do Chile e Buenos Aires.

3.2. Desempenho

O exercício de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus, que motivou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar emergência de saúde global desde março de 2020, causando uma grande crise econômica no Brasil e no mundo. Os resultados da Companhia foram fortemente impactados durante esse período, devido a implementação das medidas de combate à pandemia, com destaque para a restrição de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras domésticas e internacionais, dentre outras. Como consequência desses efeitos, a Companhia verificou forte queda no desempenho operacional do ano, como segue:

Indicadores Operacionais	2020	2019	Variação
Número de passageiros totais milhares	4.812	11.172	-54,9%
Movimentação total de aeronaves (MTA) milhares	46,2	102,3	-54,8%
Volume de Carga ¹ toneladas	21.618	35.184	-39,3%

1 Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA), excluindo importações/exportações de Aeronaves.

3.2.1. Receitas Consolidadas

Acompanhando os impactos causados no desempenho operacional, a Companhia registrou receita líquida ajustada de R\$ 126.850 como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais (R\$ Mil)	2020	2019	Variação
Receitas Tarifárias	116.381	215.722	-46,1%
Receitas Não Tarifárias	55.900	106.662	-47,6%
Receita Bruta Ajustada ¹	172.281	322.384	-46,6%
(-) Deduções da Receita Bruta	-45.431	-77.843	-41,6%
Receita Líquida Ajustada ¹	126.850	244.541	-48,1%

1 Ajustes: desconsidera os impactos a Receita de Construção (IFRS) e a Receita Proveniente do Reequilíbrio Contratual, devido aos impactos da pandemia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem desdobrado ações em busca da preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios.

A despeito dos vários estudos divulgados e do recente plano de vacinação divulgado pelo Ministério da Saúde, ainda há grande incerteza em relação ao prazo de imunização e tempo necessário para conter o vírus. Dessa forma, a companhia não tem informações precisas da retomada de suas operações aos níveis de normalidade apresentados no período pré-pandemia. No entanto, a Companhia seguirá adotando medidas de prevenção e mitigação de riscos, visando a preservação da integridade de seus colaboradores, clientes e comunidades do entorno, além de continuar com os planos para mitigação dos impactos causados pela pandemia em suas operações.

Desde o início da pandemia, a Companhia acompanhou diariamente os impactos dessa crise de saúde pública mundial em seus negócios, por meio de seu comitê de gestão de crises, segregando os temas em duas frentes:

- **Saúde e Segurança de Pessoas:** o objetivo dessa frente é acompanhar os impactos causados pela pandemia na Concessionária e no setor de atuação. A partir dessa avaliação é possível traçar ações para mitigar os impactos e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores da Concessionária, familiares, bem como para todos os usuários do aeroporto.

- **Liquidez Financeira e Continuidade de Negócios:** o objetivo dessa frente é acompanhar os impactos causados pela pandemia na Concessionária e no setor de atuação. A partir dessa avaliação é possível traçar ações para mitigar os impactos e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores da Concessionária, familiares, bem como para todos os usuários do aeroporto.
 - I. Revisão do planejamento de gastos (custos e investimentos), mantendo somente o essencial para garantir a continuidade e segurança das operações;
 - II. Renegociação com fornecedores;
 - III. Otimização das operações, através do fechamento total do terminal de passageiros 2, redução da categoria do aeroporto em período não crítico, dentre outras ações de redução de custos operacionais; fechamento do Aeroporto (t1,T2,T-int) durante a noite nos horários sem voos;
 - IV. Adesão às medidas econômicas governamentais voltadas para redução dos impactos da Covid-19, tais como: suspensão temporária do contrato de trabalho, redução de jornada de trabalho, diferimentos de impostos, postergação do pagamento da outorga fixa e variável do contrato de concessão, adesão ao programa de StandStill do BNDES, concedendo postergação do pagamento das parcelas de juros e amortização do principal pelo período de 12 (doze) meses; e redução do quadro de colaboradores; e
 - V. Dentre outras ações de médio e longo prazo, visando garantia a continuidade dos negócios e a execução do contrato de concessão, negociação com o poder concedente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia ao longo da execução do contrato.

3.2.2. Dívida

Em 24 de agosto de 2018 foi assinado o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 508.000, em 201 parcelas, com custo de TJLP mais 2,31 % a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em dois subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”. Em 16 de novembro de 2018 foi efetuada a troca da dívida do empréstimo-ponte para o longo prazo no valor de R\$ 418.000.

Em 21 de novembro de 2019 houve o segundo desembolso do Contrato de Financiamento no valor de R\$ 14.649., sendo R\$ 10.986 (75%) referente ao subcrédito “A” e R\$ 3.662 (25%) referente ao subcrédito “B”.

Em 15 de abril de 2020 ocorreu a suspensão dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos subcréditos A e B do Contrato de Financiamento por seis meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, por meio do programa de StandStill do BNDES, devido à pandemia. Em 15 de setembro de 2020 houve a prorrogação do programa por mais seis meses no período de 15 de setembro de 2020 a 15 de março de 2021.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Ambiental

A Companhia acredita no papel fundamental do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para fomentar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e da região onde está inserido. Consciente de sua responsabilidade, a concessionária busca disseminar valores, estabelecer parcerias e promover a integração com a comunidade para que esse desenvolvimento seja ambientalmente sustentável. Destacamos as principais realizações do ano:

Acreditação de Carbono da Airport Council International ACI: em 2020, devido à pandemia, a acreditação de carbono, no nível 2, teve sua validade postergada para 2021. Essa Acreditação refere-se ao reconhecido pelo esforço em reduzir as fontes de emissões de gases de efeito estufa, por meio do cálculo de pegada de carbono do aeroporto referente ao ano de 2018. A Companhia também é certificada pela norma ISO 14.064-1 pela implantação de projetos para redução do consumo de energia elétrica.

Resíduos Sólidos: consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), alcançando o marco de 1.525 mil toneladas de resíduos recicláveis doados pelo aeroporto. A partir daí, foi possível gerar grandes resultados provenientes do Programa de Coleta Seletiva Solidária desenvolvido pela companhia, que reforçou nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental. Devido à pandemia, o processo de compostagem acelerada de resíduos orgânicos, gerados no terminal de passageiros, foi temporariamente suspenso.

Licenciamento Ambiental Estadual: a Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram Central Metropolitana) concedeu à Companhia a autorização para manejo de fauna silvestre com validade de cinco anos. Assim, pela primeira vez em toda a concessão, fomos reconhecidos pelo trabalho transparente em manejo de fauna, o que possibilitou a emissão inédita dessa autorização até 2025, uma vez que a renovação se dava anualmente. Isso é resultado de um esforço conjunto, entre a equipe da Companhia e a empresa terceirizada de manejo de fauna e mitigação do risco fauna, cada vez mais eficiente e ambientalmente correto. A autorização de manejo é embasada no Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna no Aeroporto (PGRF), documento aprovado na Anac em dezembro de 2018.

A Companhia, por meio da sua equipe de Meio Ambiente, acompanhou todo o processo do primeiro cliente do Aeroporto Industrial, dando suporte à sua Consultoria Ambiental contratada, nos trâmites de requerimento e emissão do licenciamento ambiental de sua planta industrial no sítio aeroportuário. Devido a esse apoio, a Clamper Indústria e Comércio S.A obteve o Certificado de Licenciamento Ambiental Simplificado em 22 de junho de 2020, para a atividade de fabricação de componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas.

Em 20 de julho de 2020, a Supram Central Metropolitana concedeu à Companhia Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para “Construção de Galpão na ADA do Aeroporto Industrial da BH Airport”. Isso representou à concessionária um grande avanço na Fase 2 do desenvolvimento do Aeroporto Industrial, estando liberadas as obras para esse fim no local.

Fauna: o novo Centro de Manejo da Fauna (CMF), instalado no aeroporto em março de 2019, é considerado referência em aeroportos, devido à sua estrutura moderna e completamente adaptada para o bem-estar animal, como recintos temporários para a fauna capturada, recintos para as aves treinadas que exercem a falcoaria, além de um canil para o cão treinado. Todos os hábitos e comportamentos dos animais são respeitados, com a implantação de um programa de enriquecimento ambiental.

4.2. Reconhecimentos e Prêmios

Pontualidade: Em janeiro deste ano, o Aeroporto Internacional de BH foi classificado entre os mais pontuais do mundo. É o que apontou o relatório anual da OAG, empresa que analisa a aviação mundial. A consultoria britânica avaliou 57,7 milhões de voos e as 250 companhias aéreas que mais voaram em 2019. O critério da OAG para classificar o voo como pontual é decolar ou pousar com desvio de horário abaixo de 15 minutos, incluindo os voos cancelados que reduzem a pontualidade da empresa ou aeroporto.

Prêmio Compliance Brasil 2020: pelo segundo ano consecutivo, a Companhia ganhou o Prêmio Compliance Brasil 2020, realizado pela Verde Ghaia. Dessa vez, a concessionária foi premiada na categoria Qualidade. A conquista é um reconhecimento pela atuação séria e responsável da concessionária, que está sempre em busca de promover ações para alcançar um alto índice de cumprimento da legislação aplicável aos aeroportos e assegurar a segurança de suas operações.

Prêmio Aberje: um ano transformador, em que foi possível fazer do nosso aeroporto mais que um local de embarque e desembarque, mas um espaço de lazer e entretenimento. Esse foi 2019, o nosso ano da experiência, que foi premiado no início de 2020. O aeroporto venceu o Prêmio Aberje Regional na categoria Consumidor/Cliente, concorrendo com grandes companhias de Minas Gerais e do Centro-Oeste. O projeto apresentou nossos eventos e campanhas externas e mostrou o papel do nosso aeroporto, porta de entrada do Estado e como indutor do turismo.

Selo de aeródromo sustentável: as práticas de sustentabilidade adotadas pelo Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foram reconhecidas na 1ª edição do Projeto Aeródromo Sustentáveis da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O nosso terminal conquistou o selo de Aeródromo Sustentável nível avançado de maturidade da sua gestão ambiental, com uma pontuação de 86,52%. Com isso, conquistou o segundo lugar dentre os 23 aeródromos avaliados na pesquisa.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizado e crescimento.

5.2. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

Confins, 11 de março de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente

preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 11 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	52.986	6.247	Financiamentos	13	23.303	27.047
Aplicações financeiras	6	-	43.073	Fornecedores	15	7.481	10.495
Contas a receber	7	80.966	34.889	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	14.206	7.144
Contas a receber - partes relacionadas	10	4	1	Impostos e contribuições a recolher		13.047	4.479
Despesas antecipadas		1.228	1.570	Obrigações sociais e trabalhistas		12.663	13.368
Impostos a recuperar	8	3.785	7.385	Obrigações com o poder concedente	20 (a) e (b)	97.039	96.716
Outros créditos		1.489	5.184	Outras contas a pagar		5.705	10.550
Total do ativo circulante		140.458	98.349	Total do passivo circulante		173.444	169.799
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	13	406.930	387.830
Aplicações financeiras - conta reserva	6	13.985	15.383	Obrigações com o poder concedente	20 (a)	1.568.480	1.602.021
Contas a receber - partes relacionadas	10	27.520	4.197	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	765	676
Impostos diferidos	9 (b)	365.671	300.439	Outras contas a pagar		5	32
Impostos a recuperar	8	64.547	75.073	Total do passivo não circulante		1.976.180	1.990.559
Depósitos judiciais	20 (a)	172	184.121				
Outros créditos		3.334	-				
		475.229	579.213				
Imobilizado	11	11.836	16.087	Patrimônio líquido			
Intangível	12	1.682.496	1.746.547	Capital social	16	906.940	906.940
Intangível em construção	12	10.600	21.321	Prejuízos acumulados		(735.945)	(605.781)
Total do ativo não circulante		2.180.161	2.363.168	Total do patrimônio líquido		170.995	301.159
Total do ativo		2.320.619	2.461.517	Total do passivo e patrimônio líquido		2.320.619	2.461.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	17	246.077	303.398
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(54.731)	(62.919)
Custo com pessoal		(34.135)	(35.327)
Custo de construção		(17.152)	(58.857)
Depreciação e amortização	11 e 12	(45.082)	(43.469)
Custo da outorga		(7.108)	(13.430)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.975)	(3.558)
Energia elétrica		(9.800)	(11.889)
Outros		<u>(2.772)</u>	<u>(2.095)</u>
		<u>(172.755)</u>	<u>(231.544)</u>
Lucro bruto		<u>73.322</u>	<u>71.854</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(15.292)	(18.061)
Serviços		(20.741)	(25.235)
Materiais, equipamentos e veículos		(192)	(230)
Depreciação e amortização	11 e 12	(370)	(540)
Perdas com clientes		(2.483)	(1.747)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.236)	(4.169)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas		(89)	(430)
Gastos com viagens e estadias		(97)	(652)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber		1.663	(689)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(383)	(46)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.288)	(1.007)
Outros		<u>(2.132)</u>	<u>(1.379)</u>
		<u>(43.640)</u>	<u>(54.185)</u>
Outros resultados operacionais		<u>104</u>	<u>51</u>
Resultado antes do resultado financeiro		29.786	17.720
Resultado financeiro	18	<u>(225.182)</u>	<u>(135.647)</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(195.396)</u>	<u>(117.927)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9 (a)	<u>65.232</u>	<u>38.998</u>
Prejuízo líquido do exercício		(130.164)	(78.929)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo líquido do exercício	(130.164)	(78.929)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(130.164)</u></u>	<u><u>(78.929)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	906.940	(526.852)	380.088
Prejuízo líquido do exercício	-	(78.929)	(78.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>906.940</u>	<u>(605.781)</u>	<u>301.159</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(130.164)	(130.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>906.940</u>	<u>(735.945)</u>	<u>170.995</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(130.164)	(78.929)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(65.232)	(38.998)
Depreciação e amortização	45.452	44.009
Baixa e reclassificação para resultado do ativo imobilizado e intangível	120	2
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	137.524	77.522
Juros e variação monetária sobre financiamentos	29.294	34.259
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	682	1.189
(Reversão) provisão para perda esperada – contas a receber	(1.663)	689
Juros e variação monetária com partes relacionadas	(10.823)	(10.301)
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	69.485	42.036
Ajuste a valor presente do ativo financeiro - partes relacionadas	4	(4)
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	75	35
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(4.354)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(183)	(135)
	200.381	150.303
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(47.309)	(5.087)
Contas a receber - partes relacionadas	(12.507)	(43)
Impostos a recuperar	13.392	(3.353)
Despesas antecipadas e outros créditos	703	(441)
Depósitos judiciais	86	(8.714)
Ressarcimento de obras efetuadas	-	133.574
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(2.831)	(8.312)
Contas a pagar - partes relacionadas	7.062	(1.435)
Obrigações sociais e trabalhistas	(705)	(647)
Impostos e contribuições a recolher	8.568	(556)
Obrigações com o poder concedente	5.883	(82.680)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(668)	(794)
Outras contas a pagar	(4.872)	(3.772)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.019	89.114
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.544)	(4.218)
Adições ao ativo intangível	(20.494)	(62.594)
Outros de ativo imobilizado e intangível	1.225	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	43.073	7.861
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	22.260	(58.951)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	1.398	(15.383)
Financiamentos (captação)	-	14.649
Financiamentos (pagamento de principal)	(6.492)	(18.867)
Financiamentos (pagamento de juros)	(7.446)	(32.754)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(12.540)	(52.355)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	46.739	(22.192)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.247	28.439
No final do exercício	52.986	6.247
	46.739	(22.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas			
Receitas aeroportuárias	17	284.756	322.384
Receitas de partes relacionadas	17	4	-
Receitas de construção	17	17.152	58.857
Provisão para perda esperada - contas a receber		1.663	(689)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(17.152)	(58.857)
Custos dos serviços prestados		(74.621)	(87.770)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outorga e outros		(133.080)	(82.096)
Valor adicionado bruto		<u>78.722</u>	<u>151.829</u>
Depreciação e amortização		<u>(45.452)</u>	<u>(44.009)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>33.270</u>	<u>107.820</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	<u>17.490</u>	<u>23.828</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>50.760</u>	<u>131.648</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		(31.511)	(33.422)
Benefícios		(8.900)	(9.307)
FGTS		(1.909)	(2.214)
Outras		(236)	(267)
Tributos			
Federais		30.236	(3.167)
Estaduais		(86)	(107)
Municipais		643	7.319
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		(168.319)	(113.431)
Aluguéis		(842)	(515)
Outorga		-	(55.466)
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo líquido do exercício		<u>130.164</u>	<u>78.929</u>
		<u>(50.760)</u>	<u>(131.648)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia” ou “BH Airport”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para a Concessionária que ocorreu em três etapas:
 - Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014;
 - Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014; e
 - Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado em termos de passageiros transportados:

Passageiros	
12/Março/2020 a 31/Dezembro/2020	01/Janeiro/2020 a 31/Dezembro/2020
vs	vs
12/Março/2019 a 31/Dezembro/2019	01/Janeiro/2019 a 31/Dezembro/2019
-69,39%	-54,71%

A Controladora em Conjunto (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou gerariam a quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES, que contém condição geral de *cross default* com outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelece a possibilidade do BNDES vencer a dívida da Companhia antecipadamente, caso haja inadimplemento de outras dívidas perante o BNDES, firmadas por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Revisão do planejamento de gastos, com contenção de despesas, priorização de investimentos;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações, através de fechamento de terminal, redução da categoria do aeroporto em períodos críticos, fechamento durante a noite nos horários sem voos;
- Negociação com o poder concedente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão,
- Postergação do pagamento da outorga fixa e variável do contrato de concessão;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados; e

- Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pela Companhia, entre abril e setembro de 2020, e entre outubro de 2020 e março de 2021, sendo que os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos com o BNDES ou indiretos. Já foi obtida a aprovação para a Companhia. A Companhia obteve a renovação do benefício por mais seis meses

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu os seguintes pareceres:

- Parecer nº 74/2020, à Agência Nacional de Aviação (ANAC), ratificando a aplicabilidade da MP 925/2020, para postergação do prazo de pagamento da outorga fixa do ano de 2020 da Companhia, de maio para dezembro/2020.
- Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito do concessionário a ter seu contrato de concessão reequilibrado pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia teve o contrato reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios foram suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, vide nota explicativa nº 09 e 11.

Avaliação de ativos financeiros

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou ao prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de concessão – vide item “m”

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias, exceto para receitas reguladas, onde é considerado 120 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) *Direito da concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

n) *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

o) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 31 de dezembro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 31 de dezembro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06:

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.
- r) ***Novas normas ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; e
- Contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de março de 2021 foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)
- 9b Impostos diferidos
- 12 Intangível e intangível em construção
- 14 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas
- 19 Instrumentos financeiros

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao poder concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 13, 19 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos em moeda nacional (a)	55.890	53.998	52.130	50.323	429.608
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	14.206	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	13.186	5	-	-	-
Obrigações com poder concedente	97.039	48.342	49.366	50.258	1.420.514

(a) Valores brutos dos custos de transação.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 32.986 (R\$ 71.450 negativo em 2019), substancialmente composto por compromissos vinculados a contrato de concessão, detalhado na nota explicativa nº 20. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro de acionista. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em vista do exposto, apesar do saldo do Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante e apuração de sucessivos prejuízos nos últimos exercícios, situação que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, as informações contábeis anuais foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	2.464	599
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>50.522</u>	<u>5.648</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>52.986</u></u>	<u><u>6.247</u></u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>-</u>	<u>43.073</u>
Total - Circulante	<u>-</u>	<u>43.073</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide NE 13)	<u>13.985</u>	<u>15.383</u>
Total - Não Circulante	<u>13.985</u>	<u>15.383</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>13.985</u></u>	<u><u>58.456</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,56% do CDI, equivalente a 2,76% a.a. (97,59% do CDI, equivalente a 5,80% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	17.864	22.478
Receitas não tarifárias (b)	8.912	14.470
Poder concedente (c)	<u>54.586</u>	<u>-</u>
	81.362	36.948
Provisão para perda esperada – contas a receber (d)	<u>(396)</u>	<u>(2.059)</u>
	<u><u>80.966</u></u>	<u><u>34.889</u></u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	75.889	33.284
Créditos vencidos até 60 dias	5.001	1.520
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	76	85
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	124	409
Créditos vencidos há mais de 181 dias	272	1.650
	<u>81.362</u>	<u>36.948</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio;
- (c) Refere-se ao reequilíbrio de curto prazo da Covid-19, no montante total de R\$ 112.479 (atualizado para 31/12/2020), formalizado através do ofício nº 279/2020 do Ministério da Infraestrutura em 15 de dezembro de 2020. Parte deste valor no montante de R\$ 57.893 foi utilizado para pagamento da parcela da outorga fixa que venceu em 2020 e o saldo remanescente de R\$ 54.586 poderá ser abatido do pagamento das próximas parcelas.
- (d) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	12	680
COFINS	2.346	1.687
IRRF	436	1.059
PIS	509	366
ISS	165	246
Outros	317	3.347
	<u>3.785</u>	<u>7.385</u>
Não circulante		
IRPJ e CSLL	537	7.089
COFINS	52.586	55.852
PIS	11.424	12.132
	<u>64.547</u>	<u>75.073</u>

O valor do crédito tributário de IRPJ e CSLL no curto prazo trata-se CSLL retido na fonte. No longo prazo, está registrado a retenção na fonte decorrente dos ressarcimentos da Infraero. O valor do crédito tributário de PIS e COFINS refere-se a créditos sobre investimentos do ativo intangível e imobilizado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(195.396)	(117.927)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	66.435	40.095
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(770)	(911)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(433)	(186)
Receita de imposto de renda e contribuição social	65.232	38.998
Impostos diferidos	65.232	38.998
Alíquota efetiva de impostos	<u>-33%</u>	<u>-33%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>Saldo em 2020</u>			
	<u>2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	261.710	47.766	309.476	309.476
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.589	(19)	1.570	1.570
Provisão para perda esperada - contas a receber	700	(565)	135	135
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	229	31	260	260
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	35.155	18.363	53.518	53.518
Provisão para fornecedores	1.056	(344)	712	712
Imposto diferido líquido ativo	<u>300.439</u>	<u>65.232</u>	<u>365.671</u>	<u>365.671</u>

	<u>Saldo em 2019</u>			
	<u>2018</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	230.883	30.827	261.710	261.710
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.712	(123)	1.589	1.589
Provisão para perda esperada - contas a receber	466	234	700	700
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	83	146	229	229
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	26.014	9.141	35.155	35.155
Provisão para fornecedores	2.220	(1.164)	1.056	1.056
Outros	63	(63)	-	-
Imposto diferido líquido ativo	<u>261.441</u>	<u>38.998</u>	<u>300.439</u>	<u>300.439</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2022	3.913
2023	8.577
2024	13.642
de 2025 em diante	283.344
	<u>309.476</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº69 da lei nº12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
			Ativo	Passivo
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas Financeiras	Contas a Receber	Fornecedores
Controladoras				
CCR	6.956 (a)	-	2 (e)	467 (a)
CPC	7.628 (b)	-	2 (e)	606 (b)
Infraero	1.193 (c)	10.823 (f)	27.520 (f)	-
Zurich Airport Latim América	1.751 (h)	-	-	-
Zurich Airport	21.467 (d)	-	-	13.133 (d)
Total	<u>38.995</u>	<u>10.823</u>	<u>27.524</u>	<u>14.206</u>

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
				Ativo	Passivo
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas Financeiras	Contas a Receber	Fornecedores
Controladoras					
CCR	7.300 (a)	-	-	-	602 (a)
CPC	7.418 (b)	945 (b)	-	1 (e)	591 (b)
Infraero	1.128 (c)	-	10.301 (g)	4.197 (f)	-
Zurich Airport	11.809 (d)	-	-	-	5.951 (d)
Total	<u>27.655</u>	<u>945</u>	<u>10.301</u>	<u>4.198</u>	<u>7.144</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração (i)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.693	4.532
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.727	1.450
Complemento (reversão) de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	290	(588)
Previdência privada	154	167
Seguro de vida	8	8
	<u>5.872</u>	<u>5.569</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (i)	<u>2.057</u>	<u>1.841</u>

Na AGO realizada em 25 de maio de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.379, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da Infraero nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais;
- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014, o contrato tem vencimento até 31 de março de 2021;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (f) Refere-se a reembolso efetuado pela Infraero de obras de competência desta, que foram executadas pela Companhia. O valor bruto do ressarcimento foi de R\$ 54.058 sobre intangíveis (detalhado na nota explicativa nº 12), o qual foi acrescido de atualização monetária de R\$ 10.823 resultando no montante de R\$ 64.881, na qual foi decrescido de imposto retido de R\$ 842;
- (g) Refere-se a reembolso efetuado pela Infraero de obras de competência desta, que foram executadas pela Companhia. O valor bruto do ressarcimento foi de R\$ 4.398 sobre ativo imobilizado (detalhado na nota explicativa nº 11) e R\$ 118.875 sobre intangíveis (detalhado na nota

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

explicativa nº 12), totalizando R\$ 123.273, o qual foi acrescido de atualização monetária de R\$ 10.301 resultando no montante de R\$ 133.574, na qual foi decrescido de imposto retido de R\$ 12.623;

- (h) Serviço de consultoria variável de acordo com o contrato da OMSCA, fornecido pela Zurich Airport Latin America; e
- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros de administração e diretoria;

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.288	-	(8)	164	(2)	3.442
Máquinas e equipamentos		14.271	-	(5)	889	(89)	15.066
Veículos		17.550	-	(9)	157	(17)	17.681
Imobilizações em andamento		1.371	1.544	-	(2.109)	-	806
Total custo		36.480	1.544	(22)	(899)	(108)	36.995
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.064)	(341)	3	(2)	-	(1.404)
Máquinas e equipamentos	12	(5.998)	(1.961)	4	-	-	(7.955)
Veículos	25	(13.331)	(2.478)	9	-	-	(15.800)
Total depreciação		(20.393)	(4.780)	16	(2)	-	(25.159)
Total geral		16.087	(3.236)	(6)	(901)	(108)	11.836

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		8.643	-	-	(5.326)	(29)	3.288
Máquinas e equipamentos		18.686	-	(7)	(116)	(4.292)	14.271
Veículos		16.033	-	-	1.668	(151)	17.550
Imobilizações em andamento		3.251	4.218	-	(6.098)	-	1.371
Total custo		46.613	4.218	(7)	(9.872)	(4.472)	36.480
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.473)	(531)	-	940	-	(1.064)
Máquinas e equipamentos	13	(5.573)	(956)	5	526	-	(5.998)
Veículos	25	(9.282)	(4.049)	-	-	-	(13.331)
Total depreciação		(16.328)	(5.536)	5	1.466	-	(20.393)
Total geral		30.285	(1.318)	(2)	(8.406)	(4.472)	16.087

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Crédito de Pis e Cofins.
- (c) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a aquisições de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos realizadas pela BH Airport e ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 4.398) e crédito de Pis e Cofins no montante de (R\$ 74).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019			2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		804.436	-	(1)	27.974	(51.086)	781.323
Direitos de uso de sistemas informatizados		26.414	-	-	963	(90)	27.287
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		94	148	-	(64)	-	178
Direito da concessão		1.060.271	-	-	-	(1.225)	1.059.046
Intangível		1.891.215	148	(1)	28.873	(52.401)	1.867.834
Intangível em construção		21.321	20.346	(113)	(27.974)	(2.980)	10.600
Total custo		1.912.536	20.494	(114)	899	(55.381)	1.878.434
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(36.051)	(14.467)	-	2	-	(50.516)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(20.447)	(4.869)	-	-	-	(25.316)
Direito da concessão	(c)	(88.170)	(21.336)	-	-	-	(109.506)
Total amortização		(144.668)	(40.672)	-	2	-	(185.338)
Total geral		1.767.868	(20.178)	(114)	901	(55.381)	1.693.096

	Taxa média anual de amortização %	2018			2019		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		814.063	-	110.657	(120.284)	804.436	
Direitos de uso de sistemas informatizados		25.593	-	1.059	(238)	26.414	
Direito de uso de sistemas informatizados em andamento		-	116	(22)	-	94	
Direito da concessão		1.060.271	-	-	-	1.060.271	
Intangível		1.899.927	116	111.694	(120.522)	1.891.215	
Intangível em construção		60.665	62.478	(101.822)	-	21.321	
Total custo		1.960.592	62.594	9.872	(120.522)	1.912.536	
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(20.985)	(13.624)	(1.442)	-	(36.051)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.292)	(5.131)	(24)	-	(20.447)	
Direito da concessão	(c)	(68.452)	(19.718)	-	-	(88.170)	
Total amortização		(104.729)	(38.473)	(1.466)	-	(144.668)	
Total geral		1.855.863	24.121	8.406	(120.522)	1.767.868	

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a direitos de exploração da infraestrutura concedida e direitos de uso de sistemas informatizados realizadas pela BH Airport ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 940), constituição de contas a receber de partes relacionadas no montante de (R\$ 54.058), reajuste de de contrato de R\$ 1.225 e crédito de Pis e Cofins no montante de R\$ 842.
- (c) Amortização pela curva do benefício econômico.
- (d) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a direitos de exploração da infraestrutura concedida e direitos de uso de sistemas informatizados realizadas pela BH Airport ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 118.875), constituição de contas a receber de partes relacionadas no montante de (R\$ 4.151) e crédito de Pis e Cofins no montante de R\$ 2.504.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2020	Vencimento final		
						2020	2019
Em moeda nacional							
1. BNDES - TJLP (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	2.165	1.696	Dezembro de 2035	430.233	414.877 (b) (c) (d) (e)
Total geral				1.696		430.233	414.877
Circulante							
Financiamentos						23.510	27.266
Custos de transação						(207)	(219)
						23.303	27.047
Não Circulante							
Financiamentos						408.419	389.526
Custos de transação						(1.489)	(1.696)
						406.930	387.830

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
(c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.
(d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
(e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2020
2021	28.712
2022	28.712
2023	28.712
2024 em diante	322.283
	<u>408.419</u>

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES, que contém condição geral de *cross default* com outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelece a possibilidade do BNDES vencer a dívida da Companhia antecipadamente, caso haja inadimplemento de outras dívidas perante o BNDES, firmadas por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 24 de agosto de 2018, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 508.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 2 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”, ambos remunerados pela TJLP + 2,31% a.a.. As liberações ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito “A”	Subcrédito “B”	Total
1ª	16/11/2018	R\$ 313.483	R\$ 104.494	R\$ 417.977
2ª	21/11/2019	R\$ 10.987	R\$ 3.662	R\$ 14.649
Total		R\$ 324.470	R\$ 108.156	R\$ 432.626

As primeiras parcelas de juros foram pagas trimestralmente, em 15 de dezembro de 2018 e 15 de dezembro de 2019 e mensalmente desde então, juntamente com as parcelas de amortização do principal.

Em 14 de abril de 2020, foi aprovada pelo BNDES a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do financiamento, por 6 (seis) meses, no período

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada pelo BNDES a renovação da suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do financiamento, por mais 6 (seis) meses, no período compreendido entre 15 de outubro de 2020 e 15 de março de 2021, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Caso sejam ressarcidas ou recompensadas as obras do Poder Público, conforme definido no anexo 3 do contrato de concessão, realizadas pela BH Airport, o BNDES poderá exigir a liquidação parcial antecipada do contrato de financiamento, no montante que tenha sido utilizado para financiamento a estas obras, proporcionalmente aos valores dos subcréditos “A” e “B”, bem como a concessionária se compromete desde já a efetuar-las, sendo certo que: (i) caso a Companhia seja ressarcida ou recompensada por meio de prorrogação do prazo do contrato de concessão e/ou de prorrogação do prazo de cronograma de investimentos ou obras, não haverá necessidade de liquidação parcial antecipada; e (ii) caso o ressarcimento ou recomposição seja obtido por meio de qualquer outro mecanismo, a necessidade de liquidação parcial antecipada será determinada a critério exclusivo do BNDES.

Este financiamento conta com as garantias:

- penhor de ações, onde: a acionista Sociedade de Participações no Aeroporto de Confins “SPAC” dará ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da concessionária e as acionistas diretas da SPAC darão ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da SPAC;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Aeroporto de Confins, direitos emergentes da concessão em decorrência do Contrato de Concessão, e de todos os direitos creditórios da Companhia.
- Fiança dos acionistas CCR e Flughafen Zurich, limitada a sua responsabilidade à dívida decorrente do subcrédito A e B, respectivamente.

Conforme cláusula 7º parágrafo 3º inciso 2, caso a Companhia não obtenha o ICSD igual ou maior que 1,3 (um inteiro e três décimos) deverá seguir a seguinte cláusula abaixo:

Apresentar fiança(s) bancária(s) ao BNDES até 30 de junho do ano seguinte ao encerramento social para: (i) dívida decorrente do subcrédito “A” e de 75% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da CCR esteja menor ou igual a 3,5; e (ii) dívida decorrente do subcrédito “B” e por 25% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso a Flughafen Zurich não apresente classificação de risco compreendida na categoria “grau de investimento” em relatório emitido por Fitch Ratings, Moody’s, Standard & Poor’s ou outra entidade classificadora de risco expressamente aceita pelo BNDES e não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/ EBITDA da Flughafen Zurich esteja menor ou igual a 3,0.

Adicionalmente, a Companhia não deverá, sem prévio consentimento, distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio referentes a um ano-fiscal, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76 quando o ICSD for inferior a 1,3.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme cláusula oitava do contrato firmado com BNDES, a partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permaneceram bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo aplicado totaliza R\$ 13.985.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Contingências cíveis	-	16	-	(16)	-	-
Contingências trabalhistas	676	988	(322)	(652)	75	765
Total não circulante	676	1.004	(322)	(668)	75	765

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis	104	298
Trabalhistas	616	106
	720	404

15. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	6.477	9.199
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	205	95
Cauções e retenções contratuais (b)	799	1.201
	7.481	10.495

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 906.940, composto por 1.070.450.637 de ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>
SPAC	51,0%	545.929.825	545.929.825
INFRAERO	49,0%	524.520.812	524.520.812
		<u>1.070.450.637</u>	<u>1.070.450.637</u>

17. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas tarifárias	116.377	215.722
Receitas não tarifárias	168.379	106.662
Receitas tarifárias - partes relacionadas	4	-
Receitas de construção	17.152	58.857
Receita bruta	301.912	381.241
Impostos sobre as receitas	(29.751)	(31.528)
Contribuição mensal (a)	(24.194)	(45.255)
Receitas canceladas	(1.890)	(1.060)
Deduções das receitas brutas	(55.835)	(77.843)
Receita operacional líquida	<u>246.077</u>	<u>303.398</u>

- (a) Contribuição Mensal criada através da Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias da Companhia, incorporando o adicional tarifário (ATAERO), o que implicou em aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária. O ATAERO era uma tarifa que a concessionária cobrava em nome do Poder Concedente. A Contribuição Mensal é aplicada ao adicional tarifário, excluindo-se os impostos incidentes sobre a receita, resultando em uma alíquota de 22,65% sobre as receitas reguladas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(29.294)	(32.996)
Varição monetária sobre financiamentos	-	(1.263)
Varição monetária sobre obrigações com o poder concedente	(137.524)	(77.522)
Reversão do ajuste a valor presente - outorga fixa	(69.485)	(42.036)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(299)	(103)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(6.070)	(5.555)
	<u>(242.672)</u>	<u>(159.475)</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	10.823	10.301
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.383	2.527
Varição monetária sobre outros ativos	4.141	10.182
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	482	238
Outras receitas financeiras	661	580
	<u>17.490</u>	<u>23.828</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(225.182)</u>	<u>(135.647)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	2.464	-	-	599	-	-
Aplicações financeiras	50.522	-	-	48.721	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	13.985	-	-	15.383	-	-
Contas a receber	-	80.966	-	-	34.889	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	27.524	-	-	4.198	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(430.233)	-	-	(414.877)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(13.191)	-	-	(20.941)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(14.206)	-	-	(7.144)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.665.519)	-	-	(1.698.737)
	<u>66.971</u>	<u>108.490</u>	<u>(2.123.149)</u>	<u>64.703</u>	<u>39.087</u>	<u>(2.141.699)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e das obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2020	2019
Nível 2		
Aplicações financeiras e conta reserva	64.507	64.104

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4) (5)	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
BNDES	TJLP (2)	Dezembro de 2035	431.929	(29.354)	(34.166)	(38.978)	
Aplicação financeira (CDB) (6)	CDI (3)		64.507	860	1.074	1.289	
				(28.494)	(33.092)	(37.689)	
Total do efeito de ganho ou (perda)				(28.494)	(33.092)	(37.689)	
As taxas de juros consideradas foram (1):							
				TJLP (2)	4,39%	5,49%	6,59%
				CDI (3)	1,90%	2,38%	2,85%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pelo BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP);

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2020		2019	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
Circulante	91.691	89.930	84.402	83.283
Não circulante (a)	2.215.236	1.568.480	2.209.516	1.602.021
	<u>2.306.927</u>	<u>1.658.410</u>	<u>2.293.918</u>	<u>1.685.304</u>

Cronograma de desembolso

	2020		2019	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
2020	-	-	84.402	83.283
2021	91.691	89.930	84.402	80.676
2022	91.691	48.342	84.402	78.177
2023	91.690	49.366	84.402	75.783
2024	91.690	50.258	84.402	73.483
2025 em diante (a)	1.940.166	1.420.514	1.871.908	1.293.902
	<u>2.306.928</u>	<u>1.658.410</u>	<u>2.293.918</u>	<u>1.685.304</u>

- (a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da controlada, no montante de R\$ 148.585, (saldo atualizado de R\$ 184.121 em 31 de dezembro de 2019). Em 17 de dezembro de 2020, foi autorizada a liberação total dos depósitos judiciais).

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contribuição fixa é paga anualmente no mês de maio. Tendo em vista a pandemia da COVID-19, o Poder Concedente prorrogou o pagamento da parcela vencida no mês de maio para o mês de dezembro de 2020, com atualização pelo IPCA.

Em 17 de dezembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo 007/2020 ao contrato de concessão, que teve como objeto a reprogramação dos pagamentos da contribuição fixa. O valor da parcela de contribuição fixa devida em 18 de dezembro de 2020 teve uma redução de 50% e passou a ser de R\$ 42.618. O saldo remanescente da contribuição originalmente devida em 18 de dezembro de 2020 será distribuído nas contribuições fixas a serem pagas entre os anos de 2038 a 2043.

O Aditivo contemplou, ainda, a postergação das datas de vencimento da contribuição fixa de 2021 a 2025, que passaram de 07 de maio para 18 de dezembro de cada ano.

A contribuição fixa devida em 18 de dezembro de 2020, pela Companhia, foi abatida do crédito gerado pelo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, no valor R\$ 111.107, conforme aprovado pela Decisão da Diretoria Colegiada da ANAC nº 216, de 25 de novembro de 2020, diante dos prejuízos causados pela pandemia do COVID-19. O saldo restante desse crédito deverá ser descontado da contribuições fixa e variável devidas em 2021.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	7.109	13.433

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Tendo em vista a pandemia da COVID-19, o Poder Concedente prorrogou o pagamento da parcela vencida no mês de maio para o mês de dezembro de 2020, com atualização pelo IPCA. Em 10 de maio de 2019, foi pago o montante de R\$ 12.554.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado é de R\$ 20.980, dos quais foi feito abatimento de R\$ 13.871 relativo a reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela ANAC, restando R\$ 7.109 de saldo a pagar em maio de 2021.

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 300.311 em 2020 e R\$ 287.896 em 2019 (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a Agência Nacional de Aviação Cível em 31 de dezembro de 2015).

Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos a recuperar	(734)	-
Contas a receber	(2.895)	-
Obrigações com o poder concedente	246.110	-
Depósitos judiciais	(188.217)	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	123.723
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>54.264</u>	<u>123.723</u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	(54.264)	(123.723)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(54.264)</u>	<u>(123.723)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamentos</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	(414.877)	15.383	(399.494)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	13.938	-	13.938
Aplicações financeiras - conta reserva	-	(1.398)	(1.398)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>13.938</u>	<u>(1.398)</u>	<u>12.540</u>
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(29.294)	-	(29.294)
Total das outras variações	<u>(29.294)</u>	<u>-</u>	<u>(29.294)</u>
Saldo final	<u>(430.233)</u>	<u>13.985</u>	<u>(416.248)</u>

22. Evento subsequente

Coronavírus

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de janeiro a 04 de março de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Real 2021 x Real 2020
Passageiros
01/janeiro/2021 a 04/março/2021
vs
01/janeiro/2020 a 04/março/2020
-38,4%

Receita líquida de receita de construção:

	<u>01/01/2021 a</u> <u>31/01/2021</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>31/01/2020</u>	<u>% Var.</u>
Receita líquida de receita de construção	12.940	20.919	-38%

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Kleber Almada Meira	Diretor Presidente
Regio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor Administrativo - Financeiro
Adrian Bernhard Norbert Elkuch	Diretor de operações

Composição do Conselho de Administração

Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Conselheiro
Ricardo de Arruda Penteadó	Conselheiro
Tobias Markert	Conselheiro
Ricardo Fonseca Leal	Conselheiro
André Luiz Fonseca e Silva	Conselheiro
Natália Marcassa de Souza	Conselheiro

Composição do Conselho Fiscal

Marcio Roberto Simões Gonçalves Alabarce	Conselheiro
Daniel Schechter Teller	Conselheiro
Roberto Rodrigues Loiola	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/MG